

As tendências na questão dos tributos Podem surgir oito novos estados

por Francisca Stella Fogá
de Brasília

Existem três tendências marcantes na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte: o aumento do controle do Poder Legislativo sobre as contas públicas, a descentralização do sistema tributário e a criação de um Banco Central independente.

A avaliação é do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da comissão, que deverá conciliar num único texto os anteprojetos aprovados nas subcomissões de tributos, de orçamento e do sistema financeiro com as emendas apresentadas até a próxima segunda-feira.

Serra não tem ainda idéia de como será o anteprojeto que, até o dia 8 de junho, submeterá à apreciação da comissão.

Quando as Subcomissões foram formadas, 26 constituintes do PMDB lutaram para ser indicados para a Subcomissão de Tributos. Foram indicados apenas 11 e boa parte dos demais ficou nas duas outras subco-

Proposta reapresentada

Uma proposta rejeitada na Subcomissão do Poder Executivo foi reapresentada ontem pelo senador José Fogaca (PMDB/RS) à Comissão de Organização dos Poderes. Fogaca, que teve seu anteprojeto derrotado na subcomissão, insiste em que também os ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das Relações Exteriores e Gabinete Civil sejam passíveis de votos de desconfiança na Câmara dos Deputados.

A alteração da proposta ori-

ginal do senador Fogaca, segundo a Agência Globo, foi conseguida graças à coligação de representantes do grupo "centro democrático" do PMDB e de parlamentares do PFL, PDS e PTB. Mesma aliança que garantiu o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Esse bloco entende que a política externa do País, o comando das Forças Armadas e o desempenho do Gabinete Civil não deviam escapar ao comando exclusivo do presidente.

Mas, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, os anteproje-

tos aprovados nas três subcomissões deverão ter peso maior do que nas demais. Ontem, por meio do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente da comissão, ficou decidido que qualquer dispositivo dos três anteprojetos poderá ser apresentado como emenda ao substitutivo de José Serra.

Nas três subcomissões

da Comissão de Tributos, os anteprojetos apresentados pelos relatores foram confirmados praticamente na íntegra nas votações. O anteprojeto do deputado Fernando Gasparian (PMDB), da Subcomissão do Sistema Financeiro, sofreu apenas uma alteração, que suprimiu a limitação da taxa de juros, em 12% reais ao ano. Permaneceram propostas polêmicas, como a proibição de bancos estrangeiros captarem depósitos do País, idéia que, segundo Serra, ainda precisa ser muito ponderada.

Na Subcomissão de Tributos houve apenas duas alterações: uma permitiu que os estados instituassem adicional de 5% sobre o Imposto de Renda e outra suprimiu a possibilidade de revisão dos incentivos fiscais de quatro em quatro anos pelo Congresso. Passou a proposta que destina os recursos dos fundos de participação aos estados cuja renda "per capita" seja inferior à medida do País, que deverá sofrer forte oposição dos estados mais ricos.

por Andrew Greenless
de Brasília

"É agora ou nunca." O apelo do deputado Davi Alves Silva, do PDS maranhense, deu o tom da reunião de ontem no plenário da Comissão de Organização do Estado na Assembléia Constituinte. Caso propostas como a de Alves Silva e de outros parlamentares de diversos partidos consigam aprovação no decorrer dos trabalhos, o Brasil sairá da Constituinte com oito novos estados.

A comissão analisou o anteprojeto da Subcomissão dos Estados, elaborado pelo relator Siqueira Campos, do PDS de Goiás. O texto prevê a criação dos estados de Tocantins (no norte de Goiás), Juruá (no oeste do Amazonas), Tapajós (no oeste do Pará), Maranhão do Sul, Santa Cruz (no sul da Bahia) e do Triângulo Mineiro, além da elevação dos territórios do Amapá e Roraima à classificação de estado.

O deputado Paulo Roberto, do PMDB do Pará, defende por sua vez a necessidade da criação de Tapajós, mas reconheceu que a decisão se tornaria praticamente inviável sem "mudanças nos critérios tributários e administrativos do País".

Apesar da franca maioria na reunião de ontem dos parlamentares favoráveis aos novos estados, a discussão deverá tornar-se mais acirrada durante a análise do novo anteprojeto na comissão e, especialmente, quando o tema for levado ao plenário da Assembléia Constituinte.

Contra a criação dos novos estados pesam os argumentos da inviabilidade financeira, suprida com ênus da União, e dos interesses políticos regionais como verdadeiros fatores de propulsão da tese. O presidente da comissão, deputado José Thomaz Mono, considera a questão de competência da legislação ordinária e não constitucional.